

“Toda a terra treme nas vozes deste povo”: as lutas dos trabalhadores rurais e agricultores no Norte de Portugal (1974-1982)

“All the Land Trembles with the Voices of This People”: Rural Workers’ and Farmers’ Struggles in Northern Portugal (1974–1982)

Leonardo Aboim Pires*

<https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

Gil Gonçalves**

<https://orcid.org/0000-0002-3303-8238>

Resumo

Nas últimas décadas, os discursos académicos e públicos sobre a Revolução dos Cravos e o processo de democratização tendem a circunscrever os movimentos sociais rurais ao Sul de Portugal. No entanto, a evidência histórica revela um número significativo de ações e lutas protagonizadas por agricultores e produtores nos concelhos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. Este artigo propõe uma abordagem centrada na análise desses movimentos no Norte de Portugal, contribuindo para uma leitura mais abrangente da mobilização rural no pós-25 de Abril. Argumenta-se que, em contexto de sociedade rural e mudança política, estes movimentos constituíram formas embrionárias de sociedade participativa, espaços de aprendizagem política e mecanismos de reivindicação de direitos sociais e económicos. Ao destacar a diversidade territorial do ativismo rural, este estudo revela e questiona criticamente as geografias predominantes da mobilização e reposiciona as classes rurais do Norte como agentes centrais na democratização portuguesa.

Palavras-chave: ação coletiva; movimentos sociais; transformações rurais; Revolução dos Cravos; processo de democratização.

Abstract

Over the past decades, academic and public discourse on the Carnation Revolution and the democratization process has tended to limit rural social

*Doutorando em Ciências da Sustentabilidade pela Universidade de Lisboa. Investigador do ISEG Research in Economics and Management (ISEG-UL). Email: lapires@ghes.iseg.ulisboa.pt.

**Doutorando em Estudos sobre a Globalização pela Universidade NOVA de Lisboa. Investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST). Email: gilgoncalves65@yahoo.com.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Atribuição Internacional 4.0 Creative Commons.

movements to southern Portugal. However, historical evidence reveals a significant number of actions and struggles led by farmers and agricultural producers in the municipalities of Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, and Vila Real. This article offers an approach focused on analysing these movements in northern Portugal, contributing to a broader understanding of rural mobilisation after April 25th, 1974. It argues that, within a rural society undergoing political transition, these movements embodied early forms of participatory society, spaces of political learning, and mechanisms for claiming social and economic rights. By foregrounding the territorial diversity of rural activism, this study thus highlights and critically reassesses prevailing geographies of mobilisation and repositions northern rural classes as key agents in Portugal's democratisation.

Keywords: collective action; social movements; rural transformations; Carnation Revolution; democratization process.

Introdução

O golpe de Estado de 25 de abril de 1974, conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), permitiu abrir “as portas à libertação das frustrações, expectativas e reivindicações da sociedade portuguesa”¹, surgindo imediatamente “um apoio popular em larga medida espontâneo e inorgânico, dada a fragilidade do tecido partidário e mesmo sindical ao tempo existente”². Dessa espontaneidade nasceu um movimento reivindicativo que, ante a oportunidade proporcionada pelo horizonte da construção da democracia, foi crescendo, estendendo-se a todo o país. Em correlação com ações do Estado em contextos periféricos, como as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA, as populações organizaram-se para dar resposta a questões sociais e infraestruturais que as afligiam. O associativismo rural então surgido, apropriando-se das organizações oriundas do regime autoritário como as Casas do Povo ou os Grémios, vistas como “molas de mudanças”³, ocupou-se dos melhoramentos e expansão da rede viária e rodoviária, do acesso à água canalizada, da criação de fontanários e lavadouros públicos, de centros sociais e parques desportivos e da promoção habitacional a baixos custos.

¹ REZOLA, Maria Inácia. 25 de Abril: mitos de uma revolução. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 203.

² REIS, António. A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril. Revista de História das Ideias, Coimbra, n. 17, p. 561-573, 1995, p. 565.

³ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 1, n. 1, novembro de 1974, p. 15.

Contudo, a geografia dos conflitos agrários no contexto revolucionário português tende a estar centrada na área onde a reforma agrária foi uma realidade tangível, isto é, os campos do Sul de Portugal, que abrangiam os distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal e certos concelhos de Lisboa, Santarém, Faro e Castelo Branco, onde surgiu uma “atividade frenética nos campos, como não se vivia desde as lutas de 1962”⁴. Porém, outras áreas foram perpassadas por movimentações congénères. Para complementar os estudos já existentes, este artigo⁵ efetua uma análise centrada noutro território: o Norte de Portugal, correspondente aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. A escolha desta região obedece a dois critérios: 1) uma ausência historiográfica na observação dos fenómenos contestatários de natureza rural ocorridos no período revolucionário e durante o processo de democratização⁶; 2) esta era uma área do país afetada pelas mudanças nas formas tradicionais de agricultura familiar, a partir dos anos 1960, originando recomposições no seio da população camponesa.

São disso exemplo as lutas de homens e de mulheres pela gestão comunitária dos baldios ou a contestação de produtores à política seguida pelos organismos de coordenação económica. Por outro lado, depois de 1974, surgiram estruturas associativas, como o Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte, que defendia um novo regime de arrendamento rural e a atribuição de apoios sociais para os agricultores, ou as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, associações de classe que pretendiam fortalecer a ação coletiva dos agricultores e a defesa dos seus interesses. Outros temas partiram de movimentos inorgânicos que atuaram através de manifestações nas ruas, cartas, abaixo-assinados e petições enviadas aos poderes políticos. Não se circunscrevendo ao período revolucionário, as lutas dos agricultores do Norte

⁴ VARELA, Raquel. História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-75. Lisboa: Bertrand Editora, 2014, p. 415.

⁵ Uma primeira e resumida versão deste texto serviu de base a uma comunicação apresentada no Colóquio “Il était une fois la révolution... portugaise”: à l’occasion du 50e anniversaire de la Révolution des Œillets (25 avril 1974)”, na Université Rennes 2 (França), a 30 de maio de 2024.

⁶ Optámos por esta formulação em detrimento de categorias como “transição” ou “consolidação democrática”, na medida em que estas tendem a pressupor um percurso linear e um desfecho normativamente fixado no atual modelo democrático. Tal opção visa afastar leituras teleológicas da Revolução, sublinhando antes a sua natureza aberta e contingente. O reconhecimento de um processo de democratização permite, assim, contrariar abordagens que procuram diluir ou negar as origens revolucionárias das instituições democráticas portuguesas, evidenciando o papel central da mobilização popular e da intervenção das próprias Forças Armadas na configuração do conteúdo político, social e económico que nelas permaneceu inscrito. Sobre este debate ver: LOFF, Manuel. A Revolução portuguesa (1974-1976), um modelo específico de democratização no século XX. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 133, p. 13-34, 2024.

deixaram legados duradouros, como a expansão do movimento cooperativo, a promulgação das Leis dos Baldios (Decreto-Lei 39/76 e Decreto-Lei 40/76) e da Lei do Arrendamento Rural (Lei 76/77), o surgimento da Confederação Nacional da Agricultura (1978), a realização das Conferências Nacionais dos Baldios⁷ e a formação da BALADI - Federação Nacional de Baldios (1995).

Estas movimentações por uma causa comum apontam para a existência de “uma consistente – mas não necessariamente formal ou permanente – dimensão do ambiente político que fornece incentivos às pessoas para empreenderem ações coletivas, influenciando as suas expectativas de sucesso ou falhanço”⁸. Com um nível comparável a outras formas de envolvimento político, as razões e as motivações, a dimensão e o alcance dos movimentos sociais rurais, tal como dos urbanos “envolveram muitos milhares de cidadãos comuns numa participação política recorrente (por oposição a manifestações pontuais)”⁹.

Para compreender as suas dinâmicas, esta investigação adotou uma metodologia centrada na análise de fontes primárias, de natureza manuscrita e impressa. Foram consultados acervos documentais do Arquivo da Presidência da República, do Arquivo de Defesa Nacional, do Arquivo Histórico-Parlamentar e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A estas fontes manuscritas, somou-se a leitura de fontes hemerográficas como *O Rendeiro*, *Povo Rural*, *Vida Rural*, publicações partidárias como *A Terra* e *O Militante* (Partido Comunista Português), *Portugal Socialista* (Partido Socialista) e *Povo Livre* (Partido Popular Democrático) e diversos jornais locais dos distritos em estudo. Esta combinação de fontes permitiu articular os planos nacional e local, captando as vozes plurais que marcaram o processo revolucionário e contribuindo para uma compreensão aprofundada da construção da democracia portuguesa.

Povo, partidos e militares a Norte

Perante o socobrar da ditadura, entre as medidas a implementar a seguir ao golpe de Estado constavam diretrizes indicando que “o Governo Provisório lançará os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais

⁷ Foram realizadas conferências em 1979, 1984, 1994, 2001, 2006, 2017 e 2022.

⁸ TARROW, Sidney. Power in movement: social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 54.

⁹ PINTO, Pedro Ramos. Urban social movements and the transition to democracy in Portugal, 1974–1976. *The Historical Journal*, v. 51, n. 4, p. 1025–1046, 2008, p. 1027.

desfavorecidas”¹⁰, apontando uma linha progressista, mas sem menções a como seria concretizada. No diagnóstico feito pelo MFA, baseado em informações colhidas no final dos anos 60 sobre a agricultura, era demonstrada “a) distribuição desequilibrada do direito de propriedade sobre as terras; b) infra-estruturas económicas reduzidíssimas ou inexistentes; c) baixo nível de instrução cultural e profissional; d) baixo nível de rendimentos distribuídos ao trabalho; e) excessiva carga humana sobre a agricultura”¹¹. A população do Minho, por exemplo, colocava a situação nos seguintes termos: era “grande o nosso atraso em todos os domínios. No sector agro-pecuário é assustador”, sendo “negro o quadro que nos legaram os Salazares e os Caetanos. Foi para fugir a isto que se deu o 25 de Abril”¹². Por estas razões, a reestruturação do sector primário era considerada uma prioridade.

A conceção política sobre a forma que este processo deveria assumir não se limitava ao Sul do país. Nas palavras do Ministro da Agricultura, Fernando Oliveira Baptista, “a reforma agrária não se comanda da cidade”¹³, pelo que o seu desenvolvimento teria de passar por um processo ao nível local. Embora houvesse referências sobre a forma como a reforma deveria ser operacionalizada noutras regiões, também se procurava teorizar o modo como o Norte se integraria no processo, salientando, ao mesmo tempo, as suas especificidades, “dada a marcada preponderância do minifúndio”, aí os problemas agrícolas eram “diversos dos problemas que afectam e interessam aos camponeses do Sul”¹⁴. Para que a reforma agrária fosse bem-sucedida no Minho e em Trás-os-Montes, surgiram iniciativas e mecanismos para inverter o atraso que pautava estas regiões. Um deles foi o Programa Autónomo para Desenvolvimento da Província de Trás-os-Montes¹⁵, promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura do II Governo Provisório.

Como alguns jornais do Porto sublinharam, “a lavoura tem de procurar e encontrar os seus próprios caminhos. Tem o direito de esperar maiores incentivos, maiores ajudas técnicas e financeiras, mas o principal tem de ser

¹⁰ Movimento, n. 4, 12 de novembro de 1974, p. 3.

¹¹ Movimento, n. 5, 26 de novembro de 1974, p. 7.

¹² Nós Todos: boletim democrático da Meadela, n. 2, 21 de setembro de 1974, p. 2.

¹³ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 1, n. 6, maio de 1975, p. 5.

¹⁴ Vida Rural, n. 11, 19 de julho de 1975, p. 26.

¹⁵ Mensageiro de Bragança, 35, n. 1521, 9 de agosto de 1974, p. 4. Num esforço conjunto dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Equipamento Social e do Ambiente, este programa procurou melhorar o Perímetro de Rega da Veiga de Chaves, dinamizar a atividade agropecuária no eixo Chaves-Vila Pouca de Aguiar (abrangendo os concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar) e florestar baldios submetidos a regime florestal parcial obrigatório.

“sempre feito por si”¹⁶. Apesar de muitas das lutas feitas pelos agricultores e produtores terem sido espontâneas e inorgânicas, o papel desempenhado pelos partidos políticos foi significativo. O Partido Comunista Português (PCP) foi dos que mais ativamente se envolveu na realização de comícios e sessões de esclarecimento junto das populações do Norte, num ambiente que muitas vezes lhe era hostil¹⁷. No Porto, os comunistas realizaram a I Conferência dos Camponeses do Norte, a 29 de dezembro de 1974, em que as secções temáticas desta reunião constituem um roteiro sobre os problemas que afetavam os agricultores dos concelhos nortenhos. Foram debatidos os impostos, o arrendamento rural, os baldios, a produção e comercialização de leite, carne, ovos, de vinho, da batata, a política de preços, os serviços de apoio à agricultura, o fim dos organismos corporativos, os assalariados agrícolas e a segurança social. Para o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, a realização da conferência partia da intenção de querer “saber, das vossas bocas, quais são os problemas dos campos e quais são no vosso entender também as soluções para esses problemas”¹⁸.

O Partido Socialista (PS) seguiu uma estratégia parecida, mas matizada. Perante a extração social da maioria dos seus militantes, oriundos da classe média, a penetração junto das populações rurais era aconselhável. Embora não tenham sido feitas reuniões magnas, com exceção da realizada em dezembro de 1975, na Figueira da Foz¹⁹, em algumas sessões de esclarecimento, os socialistas deslocaram-se junto das comunidades do Norte, para auscultar os problemas sentidos pelos camponeses e explicar as intenções do partido em relação a essas matérias. Ao nível interno, o PS apenas criou mais tarde as Uniões Distritais dos Agricultores, posteriormente articuladas numa Confederação Nacional, liderada por Manuel Francisco da Costa, mas sem uma capacidade reivindicativa significativa. No Norte do país, apenas em Braga foi constituída uma destas Uniões, em setembro de 1978.

¹⁶ Jornal de Gaia, 1, n. 31, 9 de abril de 1975, p. 8.

¹⁷ No distrito de Bragança, por exemplo, em 1975, verificava-se a “manipulação de massas” e “ameaças directas e assaltos a sedes de partidos [...] por forcagem de portas e arremessos de pedras”, além de “ondas de boatos e ataques às várias instâncias governamentais [...]” (Arquivo de Defesa Nacional [ADN], EMGFA, 5^a Divisão, CODIRE Norte (Comissão Dinamizadora Regional), 6/15/41/10, fl. 7).

¹⁸ CUNHAL, Álvaro. Intervenção de Álvaro Cunhal na sessão de abertura da Conferência. In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Lisboa: Edições Avantel!, 1975, p. 85.

¹⁹ Essa reunião, descrita como os “Estados Gerais” da agricultura da região Centro e promovida pela Federação Distrital de Coimbra do PS, contou com a participação do Ministro da Agricultura e Pescas, António Lopes Cardoso, delegações vindas de Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viseu e de um observador de Aveiro (Portugal Socialista, 9, n. 74, 17 de dezembro de 1975, p. 9).

Para a direita, optou-se por uma posição diferenciada. Para o Partido Popular Democrático (PPD), “não queremos que os agricultores sejam os irmãos pobres. Não queremos que sejam oprimidos por grandes empresas”²⁰. Devia-se favorecer uma ligação ao mercado, de preferência, ao nível do Norte, recorrendo a cooperativas de transformação na viticultura e nos laticínios²¹. Houve uma preferência pela agência económica das classes rurais em detrimento da política, vendo a possibilidade de os agricultores atuarem “como empresários livres e responsáveis”²², não tendo havido iniciativas do PPD para organizar os camponeses, como as do PS e do PCP²³.

Apesar do suporte partidário, houve clivagens no seio da mobilização dos agricultores do Norte. Num cenário de Braga podia ler-se que “nos concelhos vizinhos, mesmo no nosso” se realizavam “reuniões em que os lavradores preferem organizações autónomas, mostrando acentuada desconfiança” para com organizações acusadas de “esquerdismo exagerado”²⁴. Com o avolumar da tensão política ao longo do “Verão Quente” de 1975, o período mais radicalizado na Revolução portuguesa, na perspetiva do PCP, “a reacção domina em muitas zonas rurais e em muitos circuitos económicos que condicionam a vida dos pequenos e médios agricultores” e, atendendo a essa especificidade, era “indispensável afastar os camponeses da reacção, da burguesia e conquistá-los para a Revolução”²⁵. Não obstante as adversidades, do lado dos camponeses, encontravam-se sinais de voluntarismo: em carta enviada ao Conselho da Revolução²⁶, um habitante de Mesão Frio, escreveu em outubro de 1975, que “a hora é difícil para todos nós! Concordo e aceito todos os sacrifícios que me forem solicitados ou até impostos, de forma a podermos

²⁰ Povo Livre, n. 1, 13 de agosto de 1974, p. 4.

²¹ Sobre o posicionamento do PPD em matérias económicas ver: LIMA, João Moreira Santos. O Partido Popular Democrático e a Revolução Portuguesa: uma análise a partir do *Povo Livre* (agosto de 1974 - dezembro 1975). 2024. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2024.

²² Povo Livre, n. 11, 22 de outubro de 1974, p. 4.

²³ Embora fora do âmbito geográfico em estudo, note-se que um trabalhador rural da Figueira da Foz referia “que o PS e o PC são os partidos que mais têm actividade nesta terra” (*Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo*, 1, n. 4, março de 1975, p. 9).

²⁴ Tribuna Livre, 28, n. 943, 16 de novembro de 1974, p. 1

²⁵ O Militante, 43, n. 3, agosto/setembro de 1975, p. 11.

²⁶ Órgão instituído a 14 de março de 1975, integrando militares do MFA e com funções político-constitucionais e de tutela sobre o processo de transição democrática. Foi extinto com a revisão constitucional de 1982 (Lei Constitucional n. 1/82, de 30 de setembro).

levar por diante a instauração do socialismo e defendermos intransigentemente a Independência Nacional”²⁷.

Provindo da esfera governamental, das iniciativas com maior impacto nas comunidades nortenhas foram as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica. Organizadas pela 5^a Divisão do MFA, estas priorizaram o interior Norte e Centro, com a finalidade de “descoberta de uma cultura mais autêntica, mas também o desenvolvimento económico, social e cultural”²⁸. Era, afinal, nesses territórios que se assinalavam níveis de subdesenvolvimento cultural e político mais pronunciados. No total, ao longo do ano de 1975, o MFA lançou a Operação Nortada (Trás-os-Montes, 9 a 18 de janeiro), a Operação Alvorada (Viana do Castelo, fevereiro), a Operação Verdade (Alto Minho, 31 de janeiro a 9 de fevereiro) e a Operação Maio-Nordeste (Bragança, 17 de maio a 8 de outubro, dividida em três fases). As iniciativas abrangeram a melhoria dos serviços de fornecimento de água e da rede viária, a promoção de atividades desportivas, a realização de sessões de cinema e de teatro, bem como o apoio à criação de estruturas de poder popular, como comissões de moradores e de aldeia. Para o cumprimento do programa do MFA e considerando “a urgente necessidade de assegurar a participação das classes mais desfavorecidas dos campos”, foi criado o Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário (SADA)²⁹, em 1975, desenvolvendo a sua ação “nas regiões de minifúndio, nomeadamente Algarve e Norte do Tejo”³⁰, dando apoio técnico aos pequenos e médios agricultores e preparando “as bases de uma reforma fundiária”³¹.

Durante o “Verão Quente”, em conjunto com o SADA, o Instituto de Reorganização Agrária, as Campanhas de Dinamização Cultural e algumas comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura³², o PCP instou os seus militantes a trabalhar com as populações rurais do Norte, promovendo a organização dos camponeses, fundamentalmente através das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores. Esta tarefa assumia um caráter prioritário, uma vez que estes “estão desarmados, não têm organização” impondo-se ajudar a “despertar

²⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Conselho da Revolução, Correspondência não classificada do Secretariado Coordenador, vol. 107, n. 240, fl. 1.

²⁸ ALMEIDA, Sónia Vespeira de. Camponeses, cultura e revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975). Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 273.

²⁹ O SADA foi extinto a 18 de novembro de 1976, por despacho do Ministro da Agricultura e Pescas do I Governo Constitucional, António Barreto.

³⁰ ADN, EMGFA, 5^a Divisão, CODICE - Comissão Dinamizadora Central, 6/13/36/26, fl. 1.

³¹ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 1, n. 7, junho de 1975, p.6.

³² FERNÁNDEZ, Ernesto Martínez. “Ganhar o campesinato para a revolução”. O PCP e o processo de enquadramento do campesinato nortenho (1974-1975). Análise Social, v. 52, n. 222, 2017, p. 84.

as suas iniciativas e ganhar a sua força de classe, à medida que se organizem, para a Revolução”³³. Onde houvesse assalariados rurais, devia-se apelar a que se inscrevam no Sindicato e, “na falta daquelas estruturas de classe, pode organizar-se os camponeses em Comissões”³⁴ de rendeiros, utentes dos baldios, de regantes, de produtores de leite, pró-saneamento de cooperativas, entre outras. Um mês mais tarde, era considerado que Vila Real “bem precisa de uma organização forte que defenda os trabalhadores da terra contra os parasitas e os sanguessugas da lavoura”³⁵.

O apelo à constituição de formas associativas de representação e defesa dos interesses agrícolas tornou-se frequente. A partir de junho de 1975, surgem as primeiras Ligas, com funções que passavam pela “apresentação ao Governo dos vários problemas que afetam os agricultores seus associados bem como as soluções que os mesmos propõem”³⁶. Entre as suas tarefas prioritárias estava a exigência do cumprimento da Lei de Arrendamento Rural, a criação de condições para o escoamento dos produtos agrícolas a preços justos, a criação de cooperativas ou a garantia de uma melhor previdência rural. Em suma, pugnavam por livrar os camponeses de “dois grandes males: a Natureza e o mercado”³⁷, formando associações de tipo sindical que configuravam o interlocutor privilegiado junto das instituições.

Com a contenção pactuada da revolução no pós-25 de novembro³⁸, que levou os movimentos sociais surgidos no “Verão Quente” a adotar uma postura mais defensiva, a prossecução da reforma agrária do Norte deveria ser feita “dentro do associativismo, na tomada de medidas adequadas à pequena propriedade no apoio às ligas, às cooperativas”³⁹ e demais associações. Nesse sentido foi constituído, por exemplo, o Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Vila Real, em 4 de julho de 1976, encarado como a “única via de luta unitária pela defesa dos seus legítimos interesses”⁴⁰.

³³ Vida Rural, n. 11, 19 de julho de 1975, p. 27.

³⁴ O Militante, 43, n. 3, agosto/setembro de 1975, p. 14.

³⁵ A Terra, n. 32, 21 de novembro de 1975, p. 4.

³⁶ Correio do Planalto, n. 14, 15 de junho de 1975, p. 1.

³⁷ A Terra, n. 35, 9 de janeiro de 1976, p. 3.

³⁸ A 25 de novembro de 1975, uma pretensa tentativa de golpe militar, num contexto marcado por conflitos no interior do MFA entre os “moderados” e a esquerda militar, resultou numa clarificação da situação política em favor dos primeiros e no refluxo do processo revolucionário. Sobre esta questão ver: NORONHA, Ricardo. A ordem reina sobre Lisboa: uma história do 25 de Novembro. Lisboa: Tigre de Papel, 2025.

³⁹ A Terra, n. 28, 21 de fevereiro de 1976, p. 3.

⁴⁰ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 2, n. 20, agosto de 1976, p. 12

A luta dos trabalhadores agrícolas no período pós-revolucionário suscitou igualmente manifestações de solidariedade inter-regional. Assim, em 17 de abril de 1976, trabalhadores do Seixal (Setúbal) deslocaram-se à aldeia de Cortiços (Macedo de Cavaleiros), para oferecerem um trator (Figura 1) e diversas alfaias à Unidade Coletiva de Produção “Os Pioneiros”. Mais tarde, um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Bragança, sediado em Mirandela, perante os acontecimentos ocorridos em Montemor-o-Novo, em 1979⁴¹, manifestou “às famílias dos nossos companheiros assassinados pela Guarda Nacional Republicana as suas sentidas condolências e exige a averiguação dos culpados, a sua punição e que se deixem os trabalhadores trabalharem em paz, se cumpra a Constituição e a legalidade democrática”⁴².

Figura 1. Trator oferecido à UCP “Os Pioneiros”



Fonte: A Terra, n. 43, 1 de maio de 1976, p. 1 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3363 V.)

Essas manifestações de solidariedade chegavam igualmente por via de redes transnacionais⁴³. Em novembro de 1976, o governo soviético concedeu

⁴¹ Em 27 de setembro de 1979, durante a entrega da reserva na Herdade Vale de Nobre da Unidade Coletiva de Produção “Bento Gonçalves”, em Montemor-o-Novo (Évora), dois manifestantes, José Geraldo e António Casquinha, foram mortos pelos militares da Guarda Nacional Republicana.

⁴² Mensageiro de Bragança, 40, n. 1776, 26 de outubro de 1979, p. 9.

⁴³ Sobre esta dimensão ver: PIRES, Leonardo Aboim; GONÇALVES, Gil; CANUDO, Manuel. Nuevos amigos: alcances de la solidaridad internacional con la Reforma Agraria portuguesa, 1975-1977. Rubrica

apoio material a organizações agrícolas do Norte do país: um trator e um reboque à Liga dos Agricultores e Rendeiros de Gaia; um camião à Unidade Coletiva de Produção (UCP) “Os Pioneiros”; e um trator e um reboque à Liga de Vila Real. Já em abril de 1977, a Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montalegre organizou a entrega de um trator, oferecido por cooperativas da URSS à Cooperativa Agrícola e Popular Vento Norte, de Carvalhais (São Pedro do Sul), evidenciando a capacidade de mobilização destas estruturas, mesmo num contexto marcado pela desconfiança de sectores da população e pela existência de uma campanha abertamente “anticomunista” e “anti-tractor”⁴⁴.

A esse respeito, importa referir a mobilização desencadeada pelos grandes proprietários locais. Num plenário de agricultores de Trás-os-Montes, realizado em Mirandela, em fevereiro de 1976, onde estiveram presentes 4000 pessoas, decidiram os presentes “unir-se aos restantes agricultores portugueses na Confederação de Agricultores de Portugal”, com fortes críticas à reforma agrária e ao que consideravam ter sido “a ditadura gonçalvista” e a “acção negativa de certos partidos, sindicatos agrícolas e ligas”⁴⁵. Noutro plenário, em Chaves, em abril, a mesma crítica foi acentuada, tendo sido aprovado “um voto de desconfiança ao Ministério da Agricultura e Pescas, na pessoa do ministro Lopes Cardoso”⁴⁶. Estes episódios revelam que tais proprietários estavam primordialmente mobilizados em torno da desmontagem da reforma agrária, relegando para segundo plano as reivindicações dos estratos mais baixos da sociedade rural.

A constitucionalização do regime não cessou a politização dos campos, assumindo contornos programáticos incisivos. Em setembro de 1978, na sequência de uma reunião de agricultores em Barcelos, surgiu a iniciativa de criação do Partido da Lavoura Portuguesa, invocando “a necessidade de os agricultores formarem uma associação política para que a lavoura não ande por mãos alheias” e para que estes “tivessem a oportunidade de aderir ao seu próprio partido”⁴⁷. Mais tarde, em outubro de 1981, durante um evento de natureza semelhante realizado em São Martinho de Dume (Braga), agricultores e técnicos agrícolas afirmaram que “um Partido de Agricultores Portugueses pode já estar em embrião”⁴⁸. Contudo, não existem registos da

Contemporanea, v. 14, n. 31, 2025 (no prelo).

⁴⁴ Correio do Planalto, 3, n. 59, 15 de abril de 1977, p. 2.

⁴⁵ Mensageiro de Bragança, 37, n. 1598, 5 de março de 1976, p. 10.

⁴⁶ Mensageiro de Bragança, 37, n. 1603, 9 de abril de 1976, p. 9.

⁴⁷ A Voz do Lavrador, 1, n. 8, setembro de 1978, p. 3.

⁴⁸ Mensageiro de Bragança, 42, n. 1875, 30 de outubro de 1981, p. 7.

formalização dessas iniciativas, sendo plausível concluir que não chegaram a concretizar-se. Podemos, contudo, vê-las como prova da existência de uma consciência política rural, mas também da dificuldade em estruturar movimentos duradouros, favorecendo-se formas de representação cooperativa e sindical, em detrimento de estruturas partidárias autónomas.

É nelas que se inscrevem ações como as assembleias de compartes e a sua luta pela restituição dos baldios, o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte, organizações como a Unidade Coletiva de Produção “Os Pioneiros” ou as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores. Privilegiando, em alguns casos, o diálogo com os partidos, sobretudo com o PCP, veremos como a integração subordinada e fragmentada dos pequenos agricultores, moldada pelas estruturas e canais dominantes do modelo corporativo do Estado Novo, foi superada na Revolução e durante o processo de democratização, gerando narrativas e contextos integradores que elevaram os problemas dos camponeses e da agricultura familiar a projetos que procuravam estabelecer compromissos e fornecer soluções.

A devolução dos baldios às comunidades

Numa área rural como a do Norte de Portugal, um elemento muito relevante na vida das comunidades são os baldios, terrenos na posse e geridos por comunidades locais e utilizados para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas e de matos e cultivo de algumas culturas. Estas zonas, ao longo da ditadura, sofreram alterações de monta em virtude da sua arborização, concretizada em grande escala na vigência do Plano de Povoamento Florestal (1938-1968). Os serviços e agentes estatais, ignorando a importância dos terrenos comunitários para as pequenas economias dos agricultores serranos, motivaram ações de protesto durante todo o regime. Com um longo lastro, a luta contra a florestação dos baldios criou mecanismos de proteção contra a interferência do Estado nas comunidades durante o reconhecimento das áreas comunais, tendo a intensidade das ações de protesto sido paralela ao ritmo de implementação da política florestal.

A recuperação dos baldios pelos “povos” iniciou-se de forma espontânea com a Revolução, uma oportunidade histórica para que as comunidades desapossadas recuperassem as suas reivindicações e as apresentassem aos novos poderes políticos, tanto locais como centrais⁴⁹. A luta pela devolução

⁴⁹ Sobre este tema ver: PIRES, Leonardo Aboim; GONÇALVES, Gil; “Os baldios são dos povos!”: propriedade comunitária e movimentos sociais em Trás-os-Montes (1974-1979). Revista Crítica de Ciências Sociais,

dos baldios vai ser mobilizada pelo MFA como forma de fazer penetrar no Norte os princípios da propriedade coletiva em que “os baldios passarão a ser a base dum regime socialista em algumas das regiões mais atrasadas do nosso país”⁵⁰. Com a promulgação das Leis dos Baldios e da nova Constituição, em 1976, formam-se centenas de Conselhos Diretivos (CDB)⁵¹. As populações utilizaram a gestão dos baldios para melhorar infraestruturas (estradas, electricidade, águas, ensino, saúde, habitação, transportes) e as suas condições de vida, num movimento social semelhante ao das comissões de moradores urbanas. Nalguns casos, a gestão comunitária dos baldios potenciou igualmente dinâmicas cooperativas, visando promover a venda direta das culturas neles produzidas e contrariar a influência dos intermediários.

A luta continuou mesmo após a legalização, perante novas tentativas de exploração económica dos terrenos, sobretudo promovidas pelos Serviços Florestais (SF) e pelos partidos de direita que lideravam muitas das freguesias da região Norte. Além de atrasos deliberados no recenseamento dos compartes e no agendamento de assembleias para eleger os CDB por parte do poder local⁵², assistiu-se a uma ofensiva legislativa semelhante à que se dirigiu contra a reforma agrária nos campos do Sul. Tendo por base o argumento de que os CDB não geriam de forma competente as parcelas de terreno a seu cargo, foram feitas propostas legislativas, em 1977 e 1979, que entregavam a gestão dos baldios às Assembleias Municipais e de Freguesia, colocando um termo ao seu usufruto comunitário e facilitando a sua ulterior alienação.

A vaga de protestos e a pressão social exercida por milhares de compartes, conjugadas com a instabilidade governativa, impediram que o alcance das leis de 1976 fosse restringido. Contudo, no plano local, persistiram obstáculos significativos ao funcionamento dos CDB: dificuldades no acesso às receitas e contas bancárias, venda de madeira pelos SF sem autorização dos compartes e a inércia das autoridades perante a apropriação privada de terrenos comuns. Não obstante, tanto as dinâmicas associativas geradas pelo processo de devolução dos baldios como as mobilizações subsequentes em defesa do enquadramento legislativo que o consagrava contrastam fortemente com a imagem de subserviência frequentemente imputada ao agricultor nortenho.

n. 138, 2025 (no prelo).

⁵⁰ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Coleção de Folhetos Políticos, Doc. 29-866, fl. 1.

⁵¹Aos quais competia a dar cumprimento às deliberações da assembleia, recensear anualmente os compartes do baldio, propor planos de aplicação de receitas e dialogar com as entidades públicas.

⁵² GRALHEIRO, Jaime. Comentário à(s) Lei(s) dos Baldios. Coimbra: Almedina, 1990.

“Nós somos fortes”: o cooperativismo agrícola na Região Norte

Projetos de organização cooperativa semelhantes aos dos campos do Sul tiveram dificuldades em ganhar tração no Norte. Porém, uma exceção houve: a Unidade Coletiva de Produção “Os Pioneiros”, na aldeia de Cortiços (Macedo de Cavaleiros)⁵³, constituída a 1 de agosto de 1975 na sequência de uma ocupação de 100 hectares de terras incultas pertencentes à Federação de Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano e à Junta de Colonização Interna.

“Revelando um forte espírito colectivista”⁵⁴, a Comissão de Agricultores eleita para a sua gestão só permitiu que se integrassem no projeto camponeses sem terra, na sua maioria vindos de um contexto de emigração, excluindo os agricultores familiares e criando desde logo antagonismos entre os ocupantes e a população da aldeia. Além disso, se a iniciativa recebeu a solidariedade de comissões de trabalhadores, sindicatos, cooperativas congénères e outras estruturas de apoio à reforma agrária, a reconfiguração das estruturas de poder tradicionais da região, que se acentuou a partir do 25 de Novembro de 1975, ditou o seu desmantelamento. “O agravamento da política agrícola, com a reocupação pela CAP dos lugares de destaque, agravou a situação”⁵⁵, tendo as novas direções das comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura e das cooperativas agrícolas da região passado a ser hostis aos Pioneiros. Amparada pelas forças militares e policiais, pela imprensa diocesana anticomunista⁵⁶, mas também pela ação governamental, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) deslegitimou publicamente o projeto e fragilizou-o na sua viabilidade económica. Desapossados progressivamente das terras e da sua produção, a cooperativa dissolveu-se em dezembro de 1977, sendo os terrenos retalhados em pequenas hortas para cultivo familiar.

No entanto, experiências cooperativas adaptadas a um contexto territorial e político desfavorável ao modelo das unidades coletivas que se desenvolvia no Sul alcançaram alguns resultados assinaláveis. A extinção dos Grémios da Lavoura, transformados em Cooperativas Agrícolas, acompanhada da criação de novas cooperativas de comercialização, tinha como objetivo

⁵³ Para uma história detalhada desta UCP ver: BAPTISTA, Fernando Oliveira. *A Aldeia e o Mundo Novo: os pioneiros dos Cortiços*. Castro Verde: 100 Luz, 2021.

⁵⁴ *A Terra*, n. 26, agosto de 1975, p. 1.

⁵⁵ *A Voz do Lavrador*, n. 10, novembro de 1978, p. 1.

⁵⁶ FREITAS, Bruna Patrícia Calé. “Que nenhum cristão se deixe cair na armadilha do medo”: o anticomunismo católico no PREC (1974-1976). Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2025.

garantir melhores condições de fornecimento e escoamento da produção aos agricultores, limitando a ação de comerciantes e intermediários. Em Boticas, a Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura constituiu, em março de 1977, a BOTICOOP - Cooperativa Agrícola do Concelho de Boticas. Entre os seus objetivos estava a promoção da transformação, armazenamento, transporte e venda da produção agrícola dos seus associados, bem como a assistência técnica, administrativa e financeira ou a utilização em comum de máquinas e alfaias⁵⁷. A sua ação seria limitada, no entanto, com a entrega do património do ex-Grémio à Cooperativa de Produtores de Batata, já dominada pelos grandes proprietários, deixando a BOTICOOP sem máquinas ou armazém. O mesmo não aconteceu com a Cooperativa Agrícola 31 de Janeiro, criada em 1977 no concelho de Vila Nova de Gaia, que viu a totalidade do património do ex-Grémio integrado na cooperativa, graças à resistência movida pela Liga local contra os antigos dirigentes e caciques que dele se queriam empossar. Isso permitiu à cooperativa angariar em pouco tempo um milhar de associados e estabelecer 21 postos de venda, dispersos por 16 freguesias do concelho⁵⁸.

No entanto, na maioria dos casos, depois do VI Governo Provisório ter permitido que fossem eleitos para as comissões liquidatárias antigos dirigentes saneados, os grandes proprietários, organizados em torno da CAP e com o apoio do Ministério da Agricultura e Pescas, vão pugnar pelo afastamento das direções progressistas das cooperativas e pela sua substituição por personalidades da sua confiança. Fizeram-no através do condicionamento da sua atividade e da manipulação de atos eleitorais. Aos pequenos e médios agricultores, restava a denúncia destas manobras e do que entendiam ser a gestão dolosa do rumo dados às cooperativas pelos seus novos (velhos) dirigentes. Foi o caso da Cooperativa Terra Fria (Bragança) que teve as suas instalações ocupadas pelos trabalhadores e associados, apoiados pela Liga concelhia, que assim pretendiam interditar o acesso aos dirigentes da Comissão Administrativa, acusados de gestão ruinosa, forçando novas eleições⁵⁹. Contudo, quando estas tiveram lugar, foram várias as irregularidades, desde a inexistência de caderços eleitorais à violação das urnas⁶⁰. As elites agrárias locais, reorganizadas no âmbito da CAP, conseguiram reverter grande parte das conquistas iniciais do processo, reforçando um restabelecimento do poder rural tradicional.

⁵⁷ A Terra, n. 65, 15 de maio de 1977, p. 11.

⁵⁸ PAIVA, Vasco. *O desbravar dos caminhos: a construção do movimento camponês após o 25 de Abril*. Coimbra: Lápis de Memórias, 2023, p. 182.

⁵⁹ A Terra, n. 74, 29 de outubro de 1977, p. 12.

⁶⁰ A Terra, n. 76, 26 de novembro de 1977, p. 4.

Estas experiências cooperativas no Norte, contrariamente às do Sul, dependiam menos da legislação nacional e mais da configuração das alianças locais sociopolíticas e do controlo dos antigos Grémios da Lavoura. A natureza segmentada e desigual das relações agrárias regionais explica porque é que iniciativas semelhantes tiveram destinos tão distintos dentro do país. Nas comissões progressistas que conseguiram manter o controlo do património, como a da Cooperativa 31 de Janeiro, foi possível criar estruturas de comercialização e apoio técnico funcional; por sua vez, naquelas em que o património foi capturado por elites agrárias, como a BOTICOOP, o potencial transformador das cooperativas foi neutralizado. Assim, a posse das infraestruturas e a composição política das direções foram fatores determinantes para o sucesso ou fracasso destas experiências.

O Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte

As lutas dos rendeiros para se defenderem do controlo exercido pelos senhorios que fixavam as rendas e aquilo deveriam produzir (podendo ainda despedir sem apelo nem agravo os rendeiros) constituem outro caso significativo. É deste modo que a criação de uma nova Lei de Arrendamento Rural era vista, para o Norte, como o “primeiro passo para a Reforma Agrária”. Porém, era visível, para agentes como o MFA, que havia sectores que eram “desfavoráveis ao processo revolucionário porque o caciquismo na província ainda continua operante”⁶¹, devendo ser criadas condições para uma maior consciência de classe, permitindo a concretização dos objetivos revolucionários. Até o PPD mostrava que a legislação da ditadura “seguia uma linha de orientação em certos casos, quase medieval, e geradora de situações perfeitamente injustas”⁶².

O Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) surgiu no final de 1975, na sequência da promulgação da Lei do Arrendamento Rural (Decreto-Lei n.º 201/75), com o objetivo de prestar apoio jurídico aos rendeiros e garantir a aplicação da nova legislação face à resistência e as violências exercidas pelos senhorios mais renitentes na aplicação da legislação. Inicialmente constituído por comissões locais e concelhias, o movimento estruturou-se progressivamente numa Comissão Coordenadora Regional e num Secretariado Central. Embora com origem no Norte, estendeu-se posteriormente às Beiras e, diferentemente das mobilizações em torno dos baldios,

⁶¹ Vida Rural, n. 8, 28 de junho de 1975, p. 26.

⁶² Povo Livre, n. 26, 4 de fevereiro de 1975, p. 4.

“Toda a terra treme nas vozes deste povo”: as lutas dos trabalhadores rurais e agricultores...

caracterizou-se por um processo de institucionalização legislativa, mais do que por uma dinâmica de base.

O MARN realizou o 1º Encontro dos Rendeiros do Norte, no Porto, a 1 de fevereiro de 1976 (Figura 2), a que se seguiu o 2º Encontro, também no Porto, a 11 de abril de 1976, e o 3º Encontro, este em Penafiel, a 13 de junho de 1977. “É preciso saber distinguir os verdadeiros agricultores, que andam pintados de sulfato e de terra, dos falsos agricultores, que pintam de verniz as unhas e querem continuar a explorar-nos”: assim proclamaram os rendeiros do Entre-Douro-e-Minho, no seu 1º Encontro, onde reclamaram “o seu 25 de Abril”⁶³. O movimento foi responsável por outras reuniões, de âmbito mais limitado, como a Festa de Confraternização Operária e Camponesa do 1º de Maio, em 1976, em Penafiel, organizado com o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Porto e que teve a participação de mais de 3000 pessoas.

Figura 2. O 1º Encontro dos Rendeiros do Norte



Fonte: A Terra, n. 37, 7 de fevereiro de 1976, p. 1 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3363 V.)

O contexto político após 1976 revelou-se adverso aos rendeiros, com a reversão parcial de conquistas obtidas, uma tendência observável noutras sectores rurais ligados ao trabalho da terra. Embora a Constituição de 1976 (art.º 101.º) reconhecesse a necessidade de estabilidade e proteção dos

⁶³ Nortada: jornal unitário de esquerda, n. 4, 30 de julho de 1976, p. 7.

interesses dos rendeiros, os anos seguintes foram marcados por iniciativas legislativas, promovidas sobretudo pelo PPD/PSD e pelo Centro Democrático Social (CDS), que procuraram limitar os avanços legais então alcançados, em linha com o que ocorreu relativamente à legislação dos baldios. Este quadro político demonstrou que “o povo rural está revoltado, não com o 25 de Abril, mas sim contra os governos anti-democratas” que “não fizeram mais nada, senão destroçar a lavoura”⁶⁴. Numa Assembleia-Geral do MARN, em 1977, as alterações na legislação levaram a que a nova versão fosse apelidada por um dirigente do movimento como a “Lei Traidora”, porque fora “aprovado contra a vontade dos rendeiros”⁶⁵. Nestas tentativas de mudança reside o leitmotiv para a ação pública do final dos anos 70 e os inícios dos anos 80. Como os rendeiros referiram, esta foi uma luta em que o MARN “tudo tem feito para melhorar a lei. Tem-se gasto muito dinheiro, tem-se perdido muito tempo às vezes em épocas em que o trabalho do campo mais aperta”, mas, a condução destas reivindicações era feita na procura de “conquistar uma vida melhor e mais justa”⁶⁶.

Além do contexto político desfavorável, atos de violência foram praticados contra os rendeiros. Em 1976, em Lousada, numa reunião de pequenos agricultores, “meia dúzia de arruaceiros, a soldo de caciques da região” e “indivíduos armados (algumas pistolas visíveis na cinta)” procuraram impedir “pela provocação e pela violência, o esclarecimento das centenas de agricultores sobre a Lei de Arrendamento Rural”⁶⁷. Mais tarde, em 1979, em Arcos de Valdevez, “um bando de caceteiros, numa actuação típica de fascistas, boicotou uma reunião do MARN [...] agredindo violentemente com varapaus os agricultores que procuravam exercer os seus direitos”⁶⁸.

As Ligas de Pequenos e Médios Agricultores

As Ligas vão ter no Norte um desenvolvimento mais tardio do que no Sul. As primeiras constituem-se em Vila Nova de Gaia, na Póvoa de Varzim e em Vila Real (outubro de 1976), sendo Bragança o último distrito a formalizá-las,

⁶⁴ A Voz do Lavrador, n. 11, dezembro de 1978, p. 4.

⁶⁵ Arquivo Histórico da Presidência da República, Casa Civil, Audiências, Doc. 1833, fl. 7.

⁶⁶ O Rendeiro, n. 1, novembro de 1978, p. 2.

⁶⁷ Nortada: jornal unitário de esquerda, n. 4, 30 de julho de 1976, p. 3.

⁶⁸ ANTT, Conselho da Revolução, Correspondência não classificada do Secretariado Coordenador, vol. 144, n. 277, fl. 2.

primeiro na capital, em setembro de 1977, seguindo-se Macedo de Cavaleiros, em outubro do mesmo ano⁶⁹.

Esse movimento parece seguir em contrapelo face às estratégias de enquadramento dos camponeses promovidas pelo PCP no rescaldo do 25 de novembro. A adoção de uma postura defensiva por parte dos movimentos sociais rurais, apostada na salvaguarda das conquistas da revolução, levaria à progressiva secundarização das Ligas, por parte dos quadros comunistas, em detrimento dos movimentos sectoriais, tidos como mais mobilizadores num momento em que assumia particular urgência a promulgação, sem alterações, da Lei do Arrendamento Rural ou das Leis dos Baldios⁷⁰. Não é por isso surpreendente que as Ligas assumam como uma das suas finalidades o estabelecimento das relações necessárias com movimentos como o MARN ou o MAPRU⁷¹, garantindo que os seus associados recebiam dessas estruturas o necessário apoio técnico e jurídico. No entanto, apesar de se afirmar que a relação entre estas organizações era complementar, verifica-se em alguns concelhos a dificuldade de encontrar lideranças locais distintas, o que resulta na progressiva integração das lutas dos rendeiros nas ações das Ligas⁷².

Ainda assim, estas não deixaram de desempenhar os papéis para as quais haviam sido criadas, dando voz às reivindicações dos camponeses junto das instâncias governativas. As mobilizações que promoviam refletiam a realidade produtiva dos respetivos territórios e relação que estabeleciam com outras esferas do associativismo camponês. No Minho, foi o sector da produção de leite a incitar as Ligas de Viana do Castelo e Caminha a exigir ao governo a abolição do leite de categoria C, a atribuição de subsídios para a instalação de currais coletivos e para a refrigeração e apetrechamento de salas de ordenha⁷³. Em Bragança, a Liga vai dar apoio à contestação feita por associados da Cooperativa Terra Fria à respetiva comissão administrativa,

⁶⁹ Note-se que estas datas nem sempre coincidem com o início da atividade das Ligas. Se, nalguns casos, estas principiam com a escritura notarial, procurando depois alargar a sua base de apoio, noutras essa formalização é apenas o corolário de uma atividade desenvolvida ao longo dos meses anteriores.

⁷⁰ FERNÁNDEZ, “Ganhar o campesinato para a revolução”, p. 86.

⁷¹ O Movimento de Agricultores por uma Melhor Previdência Rural (MAPRU), criado em dezembro de 1975, desenvolveu a sua ação sobretudo nas Beiras. Reivindicava o direito dos agricultores ao abono de família, a reformas dignas, a pensões de viuvez e a assistência médica e medicamentosa. Atuou em colaboração estreita com o MARN e com as Casas do Povo. A maioria das suas reivindicações foi atendida, o que leva à sua inatividade, justificada também pelo surgimento de estruturas associativas agregadoras. No entanto, na região Norte o movimento foi inexpressivo, tendo as suas reivindicações sido assumidas por outras organizações de agricultores, nomeadamente das Ligas.

⁷² PAIVA, O desbravar dos caminhos, p. 101.

⁷³ Praça da República, n. 12, 30 de novembro de 1977, p. 2.

exigindo a ajuda técnica e financeira do governo⁷⁴ e organizou, com a Liga de Mirandela, protestos sobre o escoamento da batata e abaixo-assinados contra aumentos dos preços dos adubos, pesticidas, sementes e gasóleo⁷⁵. As Ligas de Montalegre e Chaves, por outro lado, vão efetuar diligências junto da Junta Nacional das Frutas (JNF), da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República e da Secretaria de Estado do Comércio Interno, na tentativa de solucionar o problema do escoamento e dos atrasos no pagamento aos produtores da batata⁷⁶, reclamando melhores preços de garantia e a construção de armazéns adequados.

Demonstrando que a capacidade de intervenção das Ligas estava longe de esgotada, em maio de 1977 foi criada a Aliança das Ligas Agrícolas do Norte (AGRINORTE)⁷⁷, num encontro no Porto, convocado pela Liga de Lousada, ao qual aderiram várias Ligas, Uniões de Agricultores, Comissões Promotoras de Ligas e Cooperativas. Tratava-se de uma estrutura federativa que visava ultrapassar limites concelhios e reivindicações particulares, facilitar o apoio técnico e financeiro aos agricultores e promover a colaboração entre as suas diferentes associações - sobretudo após a dissolução do SADA⁷⁸. A AGRINORTE avançou com a constituição de quatro grupos de trabalho: informação e fundos; contabilidade e crédito; jurídico e técnico, convocando para cada um deles técnicos agrícolas, trabalhadores bancários e de contabilidade, sindicalistas, engenheiros arquitetos, professores e médicos. Afirmar que esta aliança não passou de “mais uma tentativa de pressionar o Governo sem, no entanto, resultados práticos”⁷⁹ pode revelar-se precipitado. Por um lado, os seus serviços de apoio e informação à agricultura permitiram notificar as Ligas de portarias e diplomas relevantes para os agricultores, colocando-os atempadamente a par de aumentos de preços de adubos e pesticidas, ou da possibilidade de obterem subsídios e indemnizações. Além disso, a sua sede oferecia apoio técnico nos campos do crédito agrícola, da previdência rural, da assistência veterinária, do apoio jurídico e da manutenção de maquinaria agrícola. Finalmente, o alargamento da luta dos agricultores permitiu a radicalização do movimento camponês e inaugurou novos repertórios de luta.

⁷⁴ Correio do Planalto, 3, n. 73, 15 de novembro de 1977, p. 6.

⁷⁵ PAIVA, O desbravar dos caminhos, pp. 96-97.

⁷⁶ Correio do Planalto, 4, n. 87, 15 de junho de 1978, p. 1.

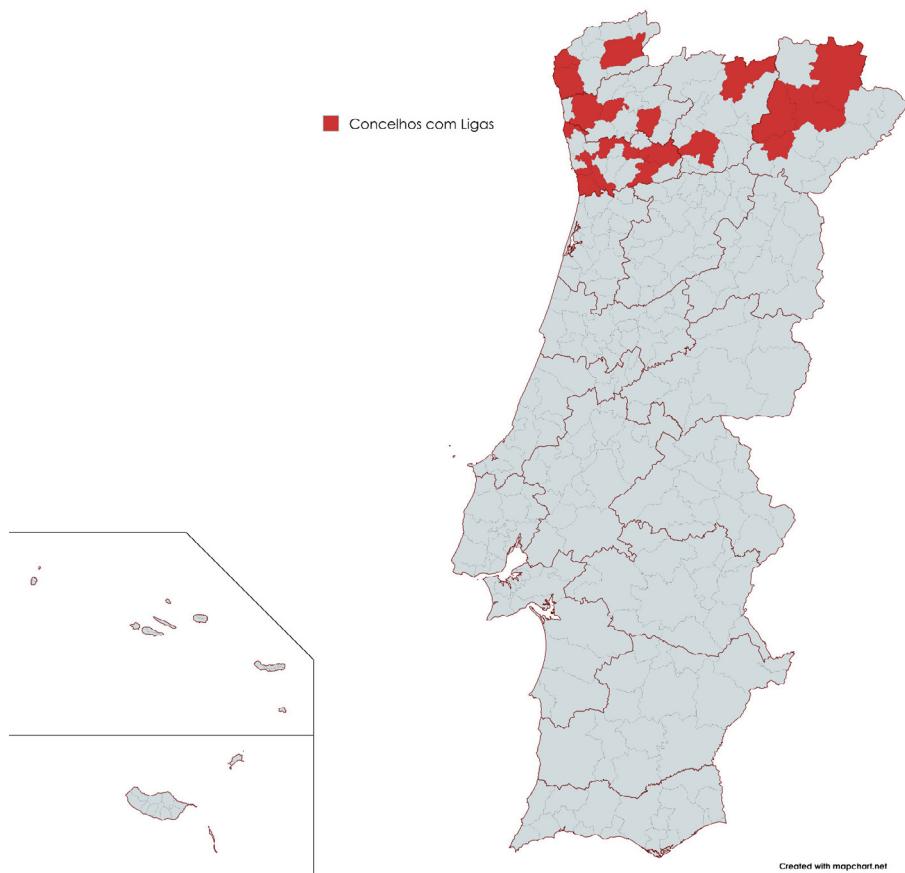
⁷⁷ Tratava-se de uma estrutura congénere da AGRINOVA (Beiras) e do MAPA (distrito de Leiria).

⁷⁸ PAIVA, O desbravar dos caminhos, p. 234.

⁷⁹ PIÇARRA, Constantino. Revolução e Contrarrevolução nos Campos de Portugal: Análise Histórica das Políticas Agrárias, 1975-1977. Tese (Doutorado em História). FCSH/UNL. Lisboa, 2022, pp. 240-241.

“Toda a terra treme nas vozes deste povo”: as lutas dos trabalhadores rurais e agricultores...

Figura 3. Concelhos da região Norte com Ligas de Pequenos e Médios Agricultores (1976-1978)⁸⁰



Fonte: Elaboração própria com base no *Diário da República*.

Continuando a predominar os abaixo-assinados como forma de protesto, as marchas de tratores e os cortes de estradas ou da ferrovia sinalizavam a maior capacidade organizativa do movimento camponês. Em julho de 1978,

⁸⁰ No período em consideração, formalizaram-se, nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança, 22 Ligas. No concelho de Braga, a associação dos pequenos e médios agricultores e rendeiros adotou a designação de “União” ao invés de “Liga”, mantendo os objetivos. Além das Ligas assinaladas no mapa, outras, por terem tido existências efémeras ou informais, nunca procederam à sua escritura notarial. Caso da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montalegre que, em 1977, se empenhou na promoção do cooperativismo agrícola na região e, mais tarde, na resolução dos problemas relativos à produção e escoamento da batata (Correio do Planalto, 4, n. 87, 15 de junho de 1978, p. 1).

perante a falta de respostas por parte do governo relativamente ao pagamento e escoamento da batata, a Liga de Montalegre já se interrogava: “Que podem os agricultores de Montalegre fazer para que o Governo cumpra as promessas feitas? Barricar estradas? Deitar pontes abaixo? A Liga de Montalegre acha que isso não é um processo correcto. Mas vê com tristeza que só quem usa esses processos é ouvido e apadrinhado pelo Governo”⁸¹. Num tom semelhante, a Liga dos Agricultores de Bragança, em agosto de 1981, enviou ao Primeiro-Ministro, Francisco Pinto Balsemão, ao Ministro da Agricultura e Pescas, António Cardoso e Cunha, e grupos parlamentares da Assembleia da República expondo “a grave situação da lavoura da região”⁸² e exigindo a resolução dos seus problemas, acusando os serviços ministeriais de “desleixo e desinteresse”⁸³. A situação que se vivia na região transmontana chegou ao ponto de se referir que “ou se constrói já, em Trás-os-Montes um novo cenário, ou a mudança far-se-á de outro modo porque as revoluções, acontecem em situações similares”⁸⁴. A partir de fevereiro de 1978, com a criação da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), que reuniu Ligas, cooperativas, baldios e Casas do Povo, aprofunda-se a capacidade de promoção de ações de massas mais arrojadas, como as Jornadas Nacionais de Protesto, abrindo-se uma “nova época”⁸⁵ no movimento camponês.

Os movimentos sobre a produção e comercialização de produtos agrícolas

A partir da década de 1960 foram geradas transformações socioeconómicas nos sectores hortofrutícola, vitivinícola e pecuário, sendo este último particularmente afetado ao nível da produção leiteira, em Trás-os-Montes e no Minho. Num contexto autoritário, a ausência de condições efetivas para o exercício de uma contestação pública e organizada impôs fortes constrangimentos às reivindicações dos diferentes estratos sociais. Apesar do funcionamento do aparelho repressivo, registaram-se episódios em que as classes rurais manifestaram a sua divergência face às orientações do regime, recorrendo a formas de mobilização e ação coletiva orientadas para a prossecução de interesses e objetivos comuns, à margem das instituições oficiais. Assim,

⁸¹ Correio do Planalto, 4, n. 89, 15 de julho de 1978, p. 5.

⁸² O Transmontano, 1, n. 4, 21 de agosto de 1981, p. 3.

⁸³ Mensageiro de Bragança, 42, n. 1867, 28 de agosto de 1981, p. 4.

⁸⁴ O Transmontano, 1, n. 8, 18 de setembro de 1981, p. 13.

⁸⁵ PAIVA, O desbravar dos caminhos, p. 226.

nos anos finais do Estado Novo, multiplicaram-se situações de confronto, contestação e resistência por parte das populações rurais em relação ao regime⁸⁶.

A rutura com a ordem ditatorial foi, sem dúvida, inequívoca. Todavia, uma análise mais atenta das estruturas organizativas herdadas do Estado Novo no domínio da economia e da sociedade rural revela que esse processo assumiu contornos menos abruptos do que frequentemente se supõe. Com efeito, embora os Grémios da Lavoura e as respetivas federações tenham sido formalmente extintos pelo Decreto-Lei n.º 482/74, de 25 de setembro de 1974, os organismos de coordenação económica criados na década de 1930, bem como o seu aparelho burocrático, mantiveram-se em funcionamento. Nesse contexto, durante o período revolucionário, os movimentos sociais no Norte retomaram reivindicações já anteriormente formuladas por agricultores, sobretudo aquelas dirigidas contra os constrangimentos impostos pela persistência desses organismos nas redes produtivas e comerciais. Numa reunião de lavradores em Vila Nova de Cerveira, em agosto de 1974, os presentes exigiram aos responsáveis políticos que “os produtos terão de ser pagos pelo seu justo preço”, sendo necessário “destruir toda a máquina corporativa fascista (grémios, federações e Corporação da Lavoura), destruir os organismos de Coordenação Económica”⁸⁷. Os agricultores de Alturas do Barroso (Boticas) pediram informações ao II Governo Provisório sobre a ajuda “que este poderá dar ao desenvolvimento económico da freguesia no domínio da criação de gado e produção de centeio, batata e batata-semente”⁸⁸. Três atividades assumiram especial capacidade mobilizadora de ações de contestação: a produção da batata e, no sector pecuário, a produção leiteira e a criação de gado.

As lutas em torno da colocação da batata de consumo nos circuitos comerciais e da batata de semente, utilizada para plantação, e os impactos da organização corporativa nestes esquemas já tinham um histórico, remontando ao segundo pós-guerra e intensificados nos anos seguintes⁸⁹. As reivindicações tinham origem na política conduzida pelo organismo tutelar do sector hortofrutícola, a Junta Nacional das Frutas. Uma reunião realizada em 8 de abril de 1975, em Montalegre, juntou cerca de 200 pequenos e médios produtores

⁸⁶ PIRES, Leonardo Aboim. “Protesta y conflictualidad campesina en Portugal: el final del Estado Novo desde una perspectiva rural (1950-1974)” In *Transversalidades contemporáneas: análisis, perspectivas y espacios históricos*. Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2023, pp. 355-366.

⁸⁷ A Terra, n. 2, agosto de 1974, p. 3.

⁸⁸ A Terra, n. 3, setembro de 1974, p. 4.

⁸⁹ PIRES, Leonardo Aboim. Os pomos da discordia: resistências locais contra a Junta Nacional das Frutas. Medi@ções, 9, n. 1, 2021, p. 243-258.

de batata, com o apoio do PCP e do Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), contando com a presença do presidente e do vice-presidente da JNF, que apresentaram medidas destinadas a resolver os problemas do sector. Para novas colheitas, o governo foi decretando preços de garantia à produção, minimizando possíveis perdas e flutuações no mercado. Um dos problemas apontados era o facto de, apesar da existência de excedentes de colheitas anteriores, se recorrer com frequência à importação do tubérculo, o que dificultava as margens de lucro dos produtores e beneficiava armazenistas e intermediários. De facto, a produção de 1974 “foi má” e existiu pressão dos intermediários para que a JNF “importe a batata de semente”⁹⁰, garantindo os seus lucros. Os agricultores de Vila Real consideravam “que a importância e distribuição da batata de semente estrangeira e nacional não servem os interesses dos agricultores, mas sim os grandes armazenistas”⁹¹. Esta era uma situação que punha em risco, “não só a sobrevivência económica de milhares de produtores, por todo o país, como a sobrevivência de umas dezenas de cooperativas de produtores”⁹². O PS aproximou-se desta visão, defendendo que seria “necessário comprimir o dispêndio de divisas ao indispensável” e, assim, “seria de bom conselho fazer aplicar o excesso de produção”⁹³ nas sementeiras. Era “tradicional a polémica que envolve a batata de Trás-os-Montes, sempre que por um lado, ela tem de ser escoada e, por outro, os agricultores aguardam eternamente o seu pagamento”⁹⁴.

Os movimentos gerados em torno desta problemática evidenciam a dificuldade em romper com as heranças do regime político anterior e a inédita visibilidade pública das mobilizações populares. As já citadas Ligas desempenharam um papel agregador, promovendo reuniões sobre os preços do tubérculo em várias localidades, como em Casas Novas (Chaves) e Campeã (Vila Real), em dezembro de 1977, e em Montalegre, em janeiro de 1978. Estas ações culminaram em manifestações de agricultores, com destaque para os protestos ocorridos em Chaves (dezembro de 1977 e abril de 1981), Bragança (janeiro e novembro de 1978) e Vila Pouca de Aguiar (fevereiro de 1979).

Do lado da pecuária, os produtores de leite protagonizaram repertórios de contestação semelhantes aos utilizados durante a ditadura. Num tempo

⁹⁰ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 2, n. 15, março de 1976, p. 13.

⁹¹ A Terra, n. 38, 21 de fevereiro de 1976, p. 3.

⁹² Mensageiro de Bragança, 40, n. 1744, 2 de março de 1979, p. 3.

⁹³ Portugal Socialista, n. 129, fevereiro de 1978, p. 46.

⁹⁴ Mensageiro de Bragança, 43, n. 1889, 12 de fevereiro de 1982, p. 1.

em que “o País necessita imenso de leite”⁹⁵, as mobilizações centraram-se na atuação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP), entidade responsável pela regulação do ciclo produtivo, que se tornou alvo das críticas dos produtores. Ao longo da Revolução, os governos procuraram prover uma organização nacional, tanto na produção, como distribuição de leite, promovendo estágios para técnicos agrários para a formação de quadros nas áreas de Trás-os-Montes, Alto Douro, Beira Baixa e Beira Alta. Ainda assim, vários problemas eram notados. Os produtores do Douro e Minho queixavam-se, em dezembro de 1975, dos critérios no gado de abate e do “pagamento do gado ao produtor, que deveria ser efectuado no prazo de 10 dias”⁹⁶, de forma a evitar prejuízos. Mais tarde, as Ligas de Agricultores de Vila Real e Chaves reclamaram, junto do governo, que Trás-os-Montes “seja considerada, para todos os efeitos legais, Zona de Recolha Organizada de Leite” e que o preço do leite lhes seja pago “ao mesmo preço da Zona Litoral”⁹⁷. Nesse sentido, medidas foram tomadas para inverter a situação dos produtores, como a criação de uma central de tratamento de leite para consumo, em Macedo de Cavaleiros, em 1982.

Os criadores de gado teriam igualmente dificuldades. Dessa forma, soluções foram sendo procuradas. Em setembro de 1974, os habitantes de Vilar de Mouros (Caminha) e da Meadela (Viana do Castelo) viram numa experiência de organização cooperativa pecuária em S. Pedro da Torre (Valença) uma solução de como os lavradores “não devem e não podem esperar que o Governo faça tudo”⁹⁸, salientando as dificuldades, mas, acima de tudo, as vantagens deste modelo. Apesar da ação governativa para regularizar a produção e abastecimento de carne⁹⁹, no início dos anos 80, houve problemas em Trás-os-Montes com a permanência de contrabando de gado espanhol, o surgimento de focos de febre aftosa, “tendo as autoridades proibido as feiras e mercados”¹⁰⁰ e o aumento do preço dos custos intermédios de produção. A mobilização foi feita através de associações de lavradores afetas à Liga de Mirandela que, em fevereiro de 1981, pediu a revisão da tabela de preços dos produtos pecuários estipulada pelo governo e “reclamaram a criação de um seguro agropecuário

⁹⁵ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 1, n. 12, novembro de 1975, p. 2.

⁹⁶ Povo Rural: boletim da Junta Central das Casas do Povo, 1, n. 12, novembro de 1975, p. 13.

⁹⁷ O Transmontano, 1, n. 14, 29 de outubro de 1981, p. 11.

⁹⁸ Nós Todos: boletim democrático da Meadela, n. 2, 21 de setembro de 1974, p. 2.

⁹⁹ O governo criou, em 1979, a Rede Nacional do Abate e a Rede Nacional de Recolha de Gado.

¹⁰⁰ Mensageiro de Bragança, 42, n. 1840, 13 de fevereiro de 1981, p. 5.

que permita a cobertura do gado, instalações, colheitas e doenças”¹⁰¹. Os protestos acabaram por surtir efeito: o Ministério da Agricultura criou linhas de crédito especial e subsídios para minorar os efeitos destes problemas. Os efeitos da seca de 1980/1981 levaram ainda à criação de uma linha de crédito para “apoiar os agricultores na aquisição de depósitos metálicos para o transporte de água para a pecuária”¹⁰². Outras situações ilustram problemas locais neste sector, como o grave diferendo que surgiu entre o subdelegado da JNPP e os marchantes de Bragança, levando a que o fornecimento de carne à cidade tenha sido interrompido em junho de 1981.

Conclusões

Os movimentos sociais do processo revolucionário português basearam-se em “pessoas comuns, sem qualquer experiência de intervenção ou participação política, ganham consciência do seu poder, envolvem-se em movimentos reivindicativos, organizam-se e intervêm directamente para solucionar os seus problemas”¹⁰³. Contudo, no caso das mobilizações sociais em contexto rural, é inegável o lastro de continuidade de muitos dos pedidos feitos ainda na ditadura. No Portugal de 1974-1975 as exigências dos agricultores, assalariados e produtores tornaram-se mais complexas, passando para uma ação concertada, acelerando e condicionando a tomada das decisões políticas.

À semelhança de outras revoluções sociais do século XX, o campesinato português desempenhou um papel ativo no processo de transformação política e social entre 1974 e 1976. A sua intervenção assumiu múltiplas escalas e frentes, articulando mobilizações locais com redes mais amplas de protesto e reivindicação. No Norte do país, movimentos de agricultores, rendeiros, pensionistas, comunidades usufrutuárias de baldios e produtores agrícolas emergiram, por vezes com o apoio de partidos políticos, nomeadamente o PCP, o MDP/CDE e o PS, reivindicando justiça distributiva e o reconhecimento de direitos historicamente negados. Embora enraizadas em realidades locais, estas lutas evidenciaram formas de consciência coletiva que ultrapassavam o imediato e o particular, tornando visíveis problemáticas estruturais da sociedade rural. Esta leitura, contudo, deve ser articulada com a análise das continuidades herdadas do Estado Novo.

¹⁰¹ Mensageiro de Bragança, 42, n. 1841, 20 de fevereiro de 1981, p. 9.

¹⁰² O Transmontano, 1, n. 2, 7-14 de agosto de 1981, p. 13.

¹⁰³ REZOLA, 25 de Abril, p. 205.

“Toda a terra treme nas vozes deste povo”: as lutas dos trabalhadores rurais e agricultores...

Após 1976, observou-se um recuo significativo destas dinâmicas: a expectativa de construção de alternativas sociais foi gradualmente substituída por posturas defensivas perante a reversão de conquistas legais e a persistente ineficácia na sua aplicação. As mobilizações não se limitaram à dimensão material da luta; envolveram igualmente um confronto com regimes de autoridade, normas e valores sedimentados ao longo do Estado Novo. Nesse sentido, expressaram uma forma de “resistência moral”, dirigida não apenas contra a opressão económica, mas também contra diversas modalidades de dominação simbólica e institucional.

Apesar das limitações e tensões que marcaram o período pós-revolucionário, a participação de camponeses, assalariados e produtores foi determinante para redefinir os contornos da cidadania no meio rural. O debate sobre modelos de gestão da terra, a reparação de desigualdades históricas e a construção de mecanismos de proteção social encontrou nestas lutas um dos seus principais motores. O caso do Norte de Portugal, caracterizado por formas híbridas de ação coletiva e por uma forte inscrição territorial, constitui, por isso, um observatório privilegiado para compreender as lógicas camponesas de transformação e reprodução em contextos de mudança política.

Referências

ALMEIDA, Sónia Vespeira de. Camponeses, cultura e revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA (1974-1975). Lisboa: Edições Colibri, 2009.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. A Aldeia e o Mundo Novo: os pioneiros dos Cortiços. Castro Verde: 100 Luz, 2021.

CUNHAL, Álvaro. Intervenção de Álvaro Cunhal na sessão de abertura da Conferência. In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Lisboa: Edições Avantel, 1975, p. 83-86.

FERNÁNDEZ, Ernesto Martínez. “Ganhar o campesinato para a revolução”. O PCP e o processo de enquadramento do campesinato nortenho (1974-1975). Análise Social, vol. 52, n. 222, p. 72-89, 2017.

FREITAS, Bruna Patrícia Calé. “Que nenhum cristão se deixe cair na armadilha do medo”: o anticomunismo católico no PREC (1974-1976). Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2025.

- GRALHEIRO, Jaime. Comentário à(s) Lei(s) dos Baldios. Coimbra: Almedina, 1990.
- LIMA, João Moreira Santos. O Partido Popular Democrático e a Revolução Portuguesa: uma análise a partir do *Povo Livre* (agosto de 1974 - dezembro 1975). 2024. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2024.
- LOFF, Manuel. A Revolução portuguesa (1974-1976), um modelo específico de democratização no século XX. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 133, p. 13-34, 2024.
- NORONHA, Ricardo. A ordem reina sobre Lisboa: uma história do 25 de Novembro. Lisboa: Tigre de Papel, 2025.
- PAIVA, Vasco. O desbravar dos caminhos: a construção do movimento camponês após o 25 de Abril. Coimbra: Lápis de Memórias, 2023.
- PIÇARRA, Constantino. Revolução e Contrarrevolução nos Campos de Portugal: Análise Histórica das Políticas Agrárias, 1975-1977. Tese (Doutorado em História). FCSH/UNL. Lisboa, 2022.
- PINTO, Pedro Ramos. Urban social movements and the transition to democracy in Portugal, 1974–1976. *The Historical Journal*, v. 51, n. 4, p. 1025–1046, 2008.
- PIRES, Leonardo Aboim. Os pomos da discórdia: resistências locais contra a Junta Nacional das Frutas. *Medi@ções*, v. 9, n. 1, p. 243-258, 2021.
- PIRES, Leonardo Aboim. “Protesta y conflictualidad campesina en Portugal: el final del Estado Novo desde una perspectiva rural (1950-1974)” In: *Transversalidades contemporáneas: análisis, perspectivas y espacios históricos*. Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2023, p. 355-366.
- PIRES, Leonardo Aboim; GONÇALVES, Gil; CANUDO, Manuel. Nuevos amigos: alcances de la solidaridad internacional con la Reforma Agraria portuguesa, 1975-1977. *Rubrica Contemporanea*, v. 14, n. 31, 2025 (no prelo).
- PIRES, Leonardo Aboim; GONÇALVES, Gil; “Os baldios são dos povos!”: propriedade comunitária e movimentos sociais em Trás-os-Montes (1974-1979). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 138, 2025 (no prelo).
- REIS, António. A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 17, p. 561-573, 1995.

“Toda a terra treme nas vozes deste povo”: as lutas dos trabalhadores rurais e agricultores...

REZOLA, Maria Inácia. 25 de Abril: mitos de uma revolução. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

TARROW, Sidney. Power in movement: social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VARELA, Raquel. História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-75. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

Artigo recebido para publicação em 18/06/2025 e aprovado em 27/11/2025.